



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba –
Codevasf
Assessoria Jurídica Regional – 4ª AJ

À 4ªGRR,

A Nota técnica de peça nº30 enfrenta a impugnação da licitante de forma direta e concreta, de sorte que a impugnação apresenta-se sem fundamento uma vez que a exigência apresentada pela Codevasf no citado Edital atende os preceitos preconizados pelo TCU no Acórdão nº 2311/2020, já que exigibilidade da regra contida no item 2.4 do termo de referência objeto da presente impugnação somente se aplica quando da formalização da contratação, senão vejamos:

“A Assistência Técnica Autorizada no estado de Sergipe deverá ser apresentada pelo fabricante ou fornecedor no ato da assinatura do Contrato/Ordem de Fornecimento.”

Dessa forma, pelo indeferimento da impugnação, devendo a autoridade competente apresentar resposta fundamentada no prazo legal.

Marcelle Pinto Aragão
Advogada da CODEVASF – OAB/BA nº 20.458
Chefe da 4ª AJ